

MANIFESTO DE ECONOMISTAS DOS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE ECONOMIA EM DEFESA DA DEMOCRACIA NO BRASIL

O Congresso Nacional está para votar o pedido de impeachment da Presidente da República. Consta do pedido sua responsabilização por ter infringido a LRF, fato que não justifica o afastamento. Um importante jornal de São Paulo, que se manifestou favorável ao impeachment, reconhece que “as pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva”.

Diante da fragilidade dos argumentos apresentados, o mote passou a ser a crise econômica, o que tampouco se sustenta, afinal, O Brasil já teve inflação mensal de 86% (contra média de 0,8% atual) e não houve impeachment; taxa de desemprego de 15% (hoje é de 9%) e não houve impeachment; parcas reservas internacionais de US\$ 30 bilhões (hoje são US\$ 360 bilhões) e não houve impeachment; pífio salário mínimo de 70 dólares (hoje são 240 dólares) e não houve impeachment e taxa de mortalidade infantil de 52/1.000 (hoje, 12/1.000) e não houve impeachment.

Os mais velhos hão de lembrar que já tivemos crises sociais mais graves em passado recente, quando elas geravam hordas de flagelados, quebra-quebras e frequentes saques de supermercados nas periferias, mas que não resultaram em impeachment. Nada disso ocorre hoje em face do sistema de proteção social existente. A gênese desse sistema foi a Constituição de 1988, que estabeleceu, mesmo que de forma limitada, um colchão de proteção social que inexistia no país: seguro desemprego, aposentadoria rural, o Sistema Único de Saúde, etc, conquistas a que vieram se juntar outras posteriormente, como o Bolsa Família, financiamento estudantil, Mais Médicos, etc.

O atendimento às demandas sociais implicou, evidentemente, na ampliação de recursos orçamentários. Ocorre que a ampliação da carga tributária, por pressão de uma elite gananciosa, se deu exclusivamente com a maior tributação sobre a produção e o consumo, abdicando-se da tributação sobre a renda e a riqueza. Não por acaso, em 1995, o Congresso votou a isenção tributária sobre lucros e dividendos. Mais do que uma reforma tributária que troque seis por meia dúzia, o Brasil precisa urgentemente da mudança de seu modelo tributário se quisermos efetivamente reduzir a extrema concentração social da renda em nosso país.

A saída da crise, portanto, não pode ser a preconizada pelo mercado financeiro. Seus planos são por demais conhecidos. É a implantação do Estado Mínimo, que pressupõe a retirada de direitos sociais duramente conquistados, tais como: o fim da política de aumento real do salário mínimo, desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo, corte de gastos em programas sociais, Reforma da Previdência Social, Reforma Trabalhista, com a supremacia do negociado sobre o legislado, além de privatizações, obtenção de superávits primários crescentes e combate à inflação mediante rígida política monetária (elevada taxa de juros). O que de fato a elite brasileira deseja é interromper o processo de redução da pobreza e da desigualdade social em curso no país e confiscar os parcos direitos sociais conquistados. É disso que se trata.

Nas décadas de 1960 e 1970 a ascensão das lutas sociais na América Latina foi barrada por golpes militares que instalaram diversas ditaduras no continente. Atualmente a reação da direita ao tímido avanço das conquistas sociais na Região tem se dado mediante “golpes brancos”. Assim foi no Paraguai, em Honduras e se articula no Brasil. Por tudo isso, precisamos defender e preservar a democracia, e são várias as ameaças: delações efetuadas por criminosos confessos, seletivamente vazadas para a grande mídia e rapidamente convertidas em verdades absolutas; condenações prévias sob a presunção de culpa de qualquer cidadão sobre o qual parem suspeitas; vazamento ilegal e extemporâneo de conversas telefônicas, e, ainda mais graves, casos como a invasão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pela PM de São Paulo eo ataque ao acampamento dos trabalhadores sem terra em Quedas do Iguaçu (PR), resultando na morte de dois trabalhadores rurais e ferimentos em outros sete.

Também enfatizamos a necessidade de outra reforma, a política. A extrema fragmentação partidária (são 28 partidos com representação no Congresso Nacional), que torna inviável o regime presidencialista de coalisção, assim como o financiamento das campanhas eleitorais pelas grandes corporações, que consagraram o caixa dois e tornaram absolutamente promíscuas as relações entre o Estado e os grandes grupos econômicos. O fato é que nunca houve tanto combate à corrupção no Brasil, assim como tanto apoio do Governo Federal aos órgãos de combate aos crimes de corrupção. Mas alguém acredita que num hipotético Governo Temer/Cunha, a Lava Jato sobreviverá?

Nós, signatários deste manifesto, somos todos economistas, dirigentes do Conselho Federal de Economia e dos Conselhos Regionais de Economia e estamos nos manifestando em caráter individual e não institucional. Em sua enorme maioria, não somos filiados ao partido majoritário no governo federal ou a qualquer partido da base do governo, tampouco ocupamos cargos no governo e muitos nem sequer votamos na Presidente Dilma, mas não poderíamos nos omitir num dos momentos mais graves que vive o Brasil em sua curta trajetória de regime democrático - afinal, faz apenas 29 anos que terminou a ditadura militar em nosso país.

Em diversas ocasiões, inclusive, manifestamos nossa forte divergência em relação à política econômica implementada pelo atual governo, especialmente nos três últimos anos.

Em suma, os argumentos apresentados para o impeachment, que não se sustentam frente a uma isenta análise técnica, não configuram crimes de responsabilidade e a comprovação inequívoca dos delitos é condição primordial para a instauração de um processo de impedimento. A crise econômica não pode ser usada como justificativa para provocar uma ruptura do Estado de Direito e um retrocesso no processo democrático, anulando a vontade soberana de mais de 54 milhões de brasileiros.

Júlio Miragaya - Presidente do Conselho Federal de Economia
Odisnei Antônio Béga - Vice Presidente do Conselho Federal de Economia
João Manoel Barbosa - Conselheiro Titular do Conselho Federal de Economia
Antônio Melki Júnior - Conselheiro Titular do Conselho Federal de Economia
Róridan Duarte - Conselheiro Titular do Conselho Federal de Economia
Paulo Hermance Paiva - Conselheiro Titular do Conselho Federal de Economia
Denise Kassama - Conselheira Titular do Conselho Federal de Economia
Felipe de Holanda - Conselheiro Titular do Conselho Federal de Economia
Fernando de Aquino - Conselheiro do Conselho Federal de Economia e Ex-Presidente do Corecon/PE
Sebastião Demuner - Conselheiro do Conselho Federal de Economia
Regina Gadioli - Conselheira do Conselho Federal de Economia
Antonio Correa de Lacerda - Ex-Presidente do Conselho Federal de Economia
Paulo Dantas da Costa - Ex-Presidente do Conselho Federal de Economia
Sidney Pascoutto – Ex-Presidente do Conselho Federal de Economia e Vice Presidente do Corecon/RJ
José Luiz Pagnussat - Ex-Presidente do Conselho Federal de Economia e Conselheiro do Corecon/DF
José Moraes Neto - Ex-Presidente do Conselho Federal de Economia
Wellington Leonardo - Ex-Vice-Presidente do Conselho Federal de Economia
Mario Sérgio Sallorenzo - Ex-Vice-Presidente do Conselho Federal de Economia
José Antônio Lutterbach - Presidente do Corecon/RJ e Conselheiro Suplente do Cofecon
Antonio de Pádua Silva - Presidente do Corecon/MG
Maria Cristina Araujo - Presidente do Corecon/DF
Vítor Cesar Lopes - Presidente do Corecon/BA
Eduardo Moreira Garcia - Presidente do Corecon/PR
Ana Cláudia Arruda Laprovitera - Presidente do Corecon/PE
Ronalde Lins – Vice-Presidente do Corecon/DF
Roberto Piscitelli – Conselheiro e Ex-Presidente do Corecon/DF
Gilson Duarte Ferreira – Conselheiro do Corecon/DF
Sérgio Hardy - Conselheiro e Ex-Presidente do Corecon/PR
Marcos Kruse - Conselheiro do Corecon/PR
Martinho Campos - Conselheiro e Ex-Presidente do Corecon/PB
José Ricardo Wendling – Ex-Presidente do Corecon/AM (Deputado Estadual)
Pedro Paulo Moreira Pettersen– Vice-Presidente do Corecon/MG
Leonardo Pontes Guerra - Conselheiro do Corecon/MG
Paulo Roberto Bretas Paixão - Conselheiro do Corecon/MG
Adriano Miglio Porto - Conselheiro do Corecon/MG
Luiz Cláudio Portela Ferreira - Conselheiro do Corecon/MG
Daniela Almeida Raposo Torres - Conselheira do Corecon/MG
Lourival Batista de Oliveira Júnior - Conselheiro do Corecon/MG
Gustavo Aguiar Pinto - Conselheiro do Corecon/MG
Marco Aurélio Loureiro - Ex-Presidente do Conselheiro do Corecon/MG